

# Modernização ou mediocridade

ANC P 93

FOLHA DE SÃO PAULO

ANTÔNIO DIAS LEITE

- 8 JUL 1987

O projeto de Constituição, na forma em que se encontra na Comissão de Sistematização, inviabiliza o funcionamento do país, inclusive pelo excesso de normas. Há que reconhecer, com humildade, o insucesso, e partir para nova tentativa. Refazer o projeto, através do debate, seja na Comissão, seja no plenário, seja em duas etapas, levando em consideração, obviamente, o elenco de idéias apresentadas. A importância da tarefa de dar ao país uma estrutura moderna, viável e duradoura, justifica o trabalho e o tempo adicionais que se fizerem necessários, e a correspondente mudança do Regimento interno da Constituinte.

Para o novo debate que se impõe, seria melhor que abandonássemos o conceito de oposição entre "progressistas" e "conservadores", de definição dúbia. É sabido que há uma grande variedade de opiniões notadamente dentro do partido majoritário.

Melhor seria que a definição das diretrizes ainda controversas, da Constituição, se fizesse em torno das questões fundamentais de modernização e de grandeza do país que as deseja.

A modernização compreenderia o aumento continuado da eficiência das estruturas de produção e de administração pública que, assegurando a liberdade de iniciativa e a criatividade

de dos indivíduos, promovesse, ao mesmo tempo, a ascensão social e a erradicação da extrema miséria. Questão central nesse processo é a da intolerável desigualdade na distribuição da renda, que nos persegue quando assumimos, em termos de dimensão econômica, posição destacada entre as maiores nações do mundo.

Haveria que contar com duas fortes correntes contrárias à modernização, posta nesses termos.

Entre os "conservadores", há uma minoria efetivamente reacionária, que não abre mão de sua participação relativa na renda nacional, nem mesmo sabendo que a redistribuição ocorreu e foi um dos fatores decisivos do desenvolvimento global das mais evoluídas sociedades do mundo ocidental.

No grupamento dos "progressistas", há os que não acreditam no potencial intrínseco das pessoas e que insistem em ampla tutela do Estado, mesmo sabendo que este tem, em geral, grande dificuldade de traduzir a sua política social em ações concretas. E que essa deficiência é agravada nos países subdesenvolvidos pela maior distância entre o discurso e a capacidade de ação eficaz.

A dimensão que se quer dar ao país é questão interna e internacional. Parte-se da própria grandeza do

espaço geográfico, da população e da economia. Sabe-se que a viabilidade do Brasil dependerá, ainda por muitos anos, de um crescimento econômico forte e continuado. As soluções sociais não de basear-se nos frutos desse crescimento. Não nos interessa repartir equitativamente a miséria. Não cabe, portanto, do ponto de vista interno, um projeto mediocre para o Brasil.

Esta questão ficou tumultuada porque muita gente associou a tradicional idéia brasileira do forte crescimento econômico ao "slogan" do Brasil Grande, e a eventos ocasionais ou temporários como o exagero de alguns projetos, a concentração de renda e o recente endividamento externo imprudente. Mas a verdade é que adotar posições que impliquem o enfraquecimento da capacidade de crescer, equivale a inviabilizar a própria evolução social. A questão da dimensão que se quer dar ao Brasil é, portanto, tão crucial do ponto de vista interno como o da distribuição da renda.

Do lado internacional, a interdependência entre as nações se acentua. A competição é acirrada. A velocidade da evolução científica e tecnológica e, conseqüentemente, da eficiência das atividades de produção é espantosa. Nesse contexto seguiremos juntos ou vamos nos insular? Parar não se pode. Ou vamos em frente ou retrocedemos. E não se

tenha dúvida de que, em termos de eficácia do nosso trabalho, já estamos retrocedendo!

Contra a inserção do Brasil na dinâmica do mundo ocidental, estarão certamente algumas frações "progressistas" adeptas do discurso de uma soberania abstrata e de um nacionalismo arcaico, oriundo de teses de outra época e de outra conjuntura de dependência, que não levam em conta que o país, inclusive pela sua dimensão, já as ultrapassou.

Também contra estarão segmentos das hostes "conservadoras", representados por minorias empresariais que desejam preservar, indefinidamente, através da reserva de mercado e outras formas de tutela estatal, a proteção contra a concorrência internacional.

O debate que assim fosse conduzido teria presente a desejável durabilidade de uma nova Constituição que assegure a contínua adaptação das leis à imprevisível evolução da própria sociedade. Tentar definir todo o futuro em uma Constituição detalhada é insensatez que só pode concorrer para inviabilizar o país ou para provocar sucessivas emendas ou até mesmo a sua rejeição no curto prazo.

ANTÔNIO DIAS LEITE, 66, economista, foi ministro das Minas e Energia (1969-1973), presidente do Rio Vale do Rio Doce (1967-1968) e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).